



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

RESOLUÇÃO CPJ n. 20/2025

Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Acordo de Não Persecução Civil, em razão da prática de atos de improbidade administrativa, definidos na Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, e dá outras providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA do Ministério Público do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, ao CONSIDERAR:

I – que os princípios e as normas estatuídas pelo vigente Código de Processo Civil incorporaram mecanismos de autocomposição de conflitos, cuja diretriz eleva os poderes da ação resolutive, permitindo superação da forma rígida, tradicional e única de realização dos direitos por meio da imposição estatal da sentença;

II – o disposto na Resolução CNMP n. 118, de 1º de dezembro de 2014, que recomenda a implementação de mecanismos de autocomposição, tais como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais, medidas essas reforçadas pela Recomendação CNMP n. 54, de 28 de março de 2017, que trata da Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro, promovendo eficiência e celeridade;

III – que a consensualidade na administração pública passou a ter previsão normativa genérica expressa no artigo 26 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB), destacando-se como um princípio fundamental para uma gestão pública moderna e eficaz;

IV – a possibilidade de celebração de acordos substitutivos e integrativos no âmbito da atuação sancionatória estatal, como exemplificado pela transação, suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995), e colaboração premiada (Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013) no campo penal; bem como pelo acordo



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

de leniência (Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013) e pelo acordo de cessação de conduta (Lei n. 12.259, de 30 de novembro de 2011) nos campos administrativo e civil, que ilustram um paradigma que permite a mitigação da aplicação estrita de determinados comandos legais sancionatórios, adaptando-os às especificidades de cada caso;

V – que a Lei n. 8.429/92, com as relevantes alterações introduzidas pela Lei n. 14.230/2021, em seu artigo 17-B, prevê a possibilidade da celebração de acordo de não persecução civil no âmbito da improbidade administrativa, fortalecendo um modelo resolutivo e colaborativo de justiça;

VI – que os diplomas legislativos mencionados integram um microssistema de combate a atos lesivos ao patrimônio público, cujas bases consensuais foram consolidando-se e sendo admitidas por normativas complementares, como o artigo 36, §4º, da Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015, que fomenta a resolução de conflitos por meio da composição das partes;

VII – que o acordo de não persecução civil proporciona uma solução mais célere e efetiva aos conflitos decorrentes da prática de atos de improbidade administrativa, oferecendo maior eficácia à tutela coletiva de interesses públicos e reduzindo o congestionamento do Poder Judiciário, ao mesmo tempo em que promove a reparação do dano ao erário e a responsabilização proporcional dos agentes envolvidos.

RESOLVE editar a presente Resolução, nos seguintes termos:

Art. 1º Este ato normativo disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), a celebração do acordo de não persecução civil, em conformidade com o disposto no artigo 17-B da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, considerando todas as peculiaridades do procedimento administrativo e judicial de improbidade administrativa e seus impactos no interesse público.

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 2º O acordo de não persecução civil possui a natureza de negócio jurídico-processual, por meio do qual se transaciona o poder de punir estatal, mediante o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

esclarecimento do fato e o estabelecimento de condições suficientes para a proteção do patrimônio público.

Parágrafo único. O acordo de não persecução civil pressupõe a existência de interesse público, consubstanciado na necessidade, utilidade, suficiência e eficiência na prevenção e repressão do ilícito, mediante a avaliação das circunstâncias do caso concreto para a obtenção, de forma alternativa ou cumulativa:

I – da aplicação célere e proporcional das respectivas sanções;

II – de provas em quaisquer espécies de atos de improbidade administrativa, desde que o beneficiado pela composição colabore efetivamente com as investigações e o processo.

Art. 3º O acordo de não persecução civil poderá ser celebrado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório, e na fase judicial, em primeiro ou segundo grau, por Promotoria ou Procuradoria de Justiça, a depender da instância, inclusive em cumprimento de sentença, com as pessoas físicas ou jurídicas investigadas ou condenadas pela prática dos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei n. 8.429, de 2 de junho 1992, visando à rápida e efetiva solução do caso, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da eficiência.

§ 1º Não será cabível o acordo de não persecução civil quando, durante o curso da investigação, não forem identificados indícios suficientes da existência do ato de improbidade administrativa ou de responsabilidade do agente ou de terceiro beneficiado.

§ 2º A recusa da celebração do acordo de não persecução civil será fundamentada e deverá constar nos autos do procedimento investigatório ou processo judicial.

§ 3º A celebração do acordo de não persecução civil não afasta eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não aqueles estabelecidos de forma expressa no termo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

§ 4º Nos casos de recusa em oferecer proposta de acordo de não persecução civil ou discordância quanto às condições exigidas pelo Ministério Público, o interessado pode solicitar a revisão ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 10 dias após tomar ciência da decisão. Caso o membro oficiante não reconsidere sua posição ou ajuste as condições, o pedido de revisão deverá ser encaminhado à instância superior no prazo de 3 dias.

§ 5º Na instância superior, o pedido de revisão limitar-se-á à análise da legalidade da recusa da oferta de proposta de acordo de não persecução civil, respeitando-se a independência funcional do membro do Ministério Público.

§ 6º O pedido de revisão mencionado nos parágrafos anteriores não suspende os efeitos da decisão, permitindo ao Ministério Público continuar com as investigações ou propor as ações judiciais cabíveis.

CAPÍTULO II
DAS MODALIDADES

Art. 4º O acordo de não persecução civil pode ser de imposição de reprimenda ou de colaboração.

§ 1º O acordo de imposição de reprimenda abrevia o procedimento de responsabilização do agente, mediante a aplicação imediata de medidas sancionatórias convencionadas, para o fim de alcançar o resultado útil e efetivo, consentâneo com o interesse público.

§ 2º O acordo de colaboração visa à obtenção de informações e meios comprobatórios do ilícito, ficando a premiação objeto do ajuste condicionada a uma colaboração efetiva e voluntária com a investigação ou o processo e desde que advenha um ou mais dos seguintes resultados:

I – identificação dos demais coautores, partícipes e beneficiários do ato ilícito;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

II – localização de bens, direitos e valores para fins de ressarcimento do dano ao erário ou reversão da vantagem indevida obtida à pessoa jurídica lesada.

CAPÍTULO III

DO ACORDO NOS TRIBUNAIS E EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Art. 5º O acordo de não persecução civil poderá ser celebrado posteriormente à sentença, desde que presentes os requisitos estabelecidos nesta Resolução.

§ 1º Na hipótese de processo com recurso interposto perante os Tribunais, a atribuição para a celebração do acordo de não persecução civil será do Procurador de Justiça com atribuição junto ao órgão jurisdicional de segundo grau em que tramitarem os autos.

§ 2º Após o trânsito em julgado da decisão, o acordo de não persecução civil poderá ser celebrado pelo membro do Ministério Público que atuar perante o juízo onde tramitar o cumprimento de sentença.

CAPÍTULO IV

DO CONTEÚDO

Art. 6º A celebração do acordo de não persecução civil dar-se-á sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente e, segundo a sua modalidade, conterà o seguinte:

I – a identificação completa do celebrante agente público ou terceiro, pessoa física ou jurídica, que induziu ou concorreu para a prática do ato ilícito ou, ainda, que dele tenha se beneficiado, direta ou indiretamente;

II – a descrição circunstanciada da conduta ilícita, com menção expressa às condições de tempo e local;

III – a subsunção da conduta ilícita imputada à modalidade legal específica de ato de improbidade administrativa;

IV – o compromisso de cessar completamente o envolvimento no ato ilícito;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

V – a reparação integral do dano causado ao erário e a restituição dos valores acrescidos ilicitamente, quando presentes, atualizados monetariamente e com incidência de juros legais, admitindo-se, contudo, a possibilidade de flexibilização ou, excepcionalmente, de supressão, dos juros legais apenas, desde que mediante fundamentação idônea e conforme as circunstâncias específicas do caso, com o objetivo de assegurar a atuação resolutiva do Ministério Público;

VI – a aplicação cumulativa das medidas previstas neste artigo com uma ou mais sanções disciplinadas no artigo 7º, de acordo com a espécie e a gravidade do ato ilícito praticado, considerando na definição e fixação de seus patamares, os parâmetros e as circunstâncias previstos no caput do referido artigo e, quando for o caso, o disposto no artigo 4º, § 2º;

VII – a previsão de aplicação de multa diária ou outra espécie de sanção cominatória que se mostrar adequada e suficiente para o caso de descumprimento das obrigações nos prazos assumidos;

VIII – o compromisso de colaborar amplamente com as investigações, promovendo a identificação de outros coautores, partícipes, beneficiários, bem como a localização de bens, direitos e valores e a produção de outras provas durante o curso do procedimento investigatório ou do processo judicial;

IX – a previsão de que eventual resolução, perda do objeto ou rescisão do acordo por responsabilidade do compromissário não implicará na invalidação da prova por ele eventualmente fornecida ou dela derivada;

X – as hipóteses de extinção e execução do acordo e suas respectivas consequências;

XI – a previsão de que a eficácia do acordo extrajudicial estará condicionada à aprovação do Conselho Superior do Ministério Público e à homologação do órgão judicial competente;

XII – a reparação de danos morais coletivos, quando for o caso.

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no canto inferior direito da página.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

§ 1º O ressarcimento e o perdimento de bens e valores não poderão ser objeto de composição sobre seu montante, mas tão-somente sobre a forma, prazo e modo de cumprimento da obrigação, sendo viável, contudo, a supressão ou a flexibilização do montante devido a título de juros moratórios, desde que seja vislumbrado interesse público excepcional que justifique sua mitigação.

§ 2º Na hipótese de acordo de colaboração, poderá ser dispensada a aplicação das sanções previstas no artigo 7º se o interesse público e as vantagens obtidas com a colaboração forem suficientemente relevantes, observado o disposto no artigo 4º, § 2º.

§ 3º Nos acordos de imposição de reprimenda, uma vez observadas as circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 7º, caso a medida se mostre relevante para assegurar a integridade do patrimônio público e social, as sanções previstas no referido artigo 7º poderão ser substituídas por medidas em favor do interesse público e de boas práticas administrativas, nos termos do §6º do artigo 17-B da Lei n. 8.429/92, desde que garantidos o ressarcimento do dano causado ao erário e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

§ 4º Em qualquer hipótese, o acordo deverá conter, necessariamente, observadas as circunstâncias previstas no caput do artigo 7º, cláusula que preveja a aplicação das diversas sanções contidas nos incisos do mencionado dispositivo, em caso de descumprimento das obrigações acordadas.

§ 5º A fixação do valor do dano moral coletivo previsto no inciso XIII deste artigo terá como parâmetros, além dos dispostos no caput do artigo 7º, a atenção ao seu caráter sancionatório e pedagógico.

§ 6º Poderão ser avençadas, cumulativamente, outras condições que se revelarem apropriadas à prevenção e repressão do ato de improbidade, à efetividade das investigações e à garantia dos compromissos assumidos, tais como:

I – a adoção de mecanismos e procedimentos internos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, se for o caso, bem como de outras medidas em favor do interesse público e de boas práticas administrativas, a serem impostas a pessoas físicas ou jurídicas, a quem se atribua a prática de atos de improbidade administrativa;

II – o oferecimento de garantias reais ou fidejussórias que se mostrarem adequadas e suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias derivadas do acordo;

III – a convenção de desconto mensal na remuneração do compromissário que receber dos cofres públicos ou de instituto de previdência subsídios, vencimentos ou proventos;

IV – a manutenção ou a instituição da indisponibilidade de bens a serem devidamente individualizados e em valor suficiente para garantir o ressarcimento ao erário, a restituição de bens e valores acrescidos ilicitamente e a eventual multa civil pactuada.

§ 7º O acordo de não persecução civil poderá ter como objeto convenções processuais para o fim de redistribuir ônus, deveres e faculdades processuais, estabelecer alterações procedimentais e sanções premiais, nos limites fixados nesta Resolução, observado o disposto nos artigos 6º, 139, inciso V e VI, 190, 191 e 373, §§ 3º e 4º, da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015.

Art. 7º Segundo a personalidade do agente, a natureza, as circunstâncias, a gravidade, a repercussão social do ato de improbidade, o proveito auferido, a extensão do dano causado, a efetividade das sanções aplicadas, as vantagens para o interesse público na rápida solução do caso, bem como visando a assegurar o respeito aos princípios que norteiam a Administração Pública e a eficácia do comando da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, o acordo de não persecução civil deverá conter uma ou mais das seguintes sanções:

I – pagamento de multa civil;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

II – proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por determinado período;

III – perda do cargo ou função pública ocupados;

IV – suspensão de direitos políticos.

§ 1º O valor da multa civil prevista no inciso I terá como limite máximo o montante estabelecido no artigo 12 da Lei n. 8.429/92.

§ 2º O prazo relativo à condição de que tratam os incisos II e IV deste artigo não poderá ultrapassar os limites máximos estabelecidos no artigo 12 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 3º Estando devidamente comprovada a impossibilidade financeira de quitação integral e imediata do débito decorrente da improbidade administrativa, poderá ser pactuado o seu parcelamento.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, a quantidade de parcelas deverá levar em conta o interesse público e a capacidade financeira do compromissário, observando-se o limite máximo de 48 (quarenta e oito), a serem corrigidas monetariamente, bem como o prazo prescricional previsto na Lei n. 8.429/92.

§ 5º Sendo a hipótese de restituição de bens e valores obtidos ilicitamente, deverão ser acrescidos os frutos percebidos pelo compromissário, até a data da efetiva restituição.

CAPÍTULO V DO PROCEDIMENTO

Art. 8º A iniciativa para a celebração do acordo de não persecução civil caberá ao Ministério Público ou ao responsável pelo ilícito, hipótese em que a proposta poderá ser apresentada isolada, por um ou mais investigados, ou conjuntamente, por todos os envolvidos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

§ 1º Sendo cabível o acordo de não persecução civil, o investigado será notificado para comparecer em local, dia e horário determinados, devendo constar expressamente da notificação que deverá se fazer acompanhar de advogado ou defensor público.

§ 2º O órgão do Ministério Público cientificará o investigado a respeito de seus direitos, garantias e deveres legais e de que o não atendimento às determinações e solicitações do Ministério Público, durante a etapa de negociação, implicará na desistência da proposta.

§ 3º As reuniões e tratativas deverão ser registradas em procedimento administrativo autônomo, por meio de ata, meio digital, documentos ou outra forma de comunicação tecnológica, e conterão informações sobre a data, lugar, participantes, bem como breve resumo dos assuntos discutidos.

§ 4º Na hipótese de ser possível a juntada do acordo de não persecução civil no procedimento investigativo, frente à menor complexidade do caso, será possível dispensar o cumprimento do disposto no § 3º, deste artigo.

§ 5º As reuniões referidas no § 3º poderão ser realizadas por videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

§ 6º A ausência injustificada do investigado na data e no horário fixados ou a falta de manifestação no prazo estabelecido poderão ser consideradas como desinteresse na celebração do acordo.

§ 7º Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de negociação será confidencial em relação a terceiros até a homologação judicial do acordo, salvo dever legal de comunicação, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize.

Art. 9º O acordo de não persecução civil será assinado pelo órgão do Ministério Público, pelo promissário e por seu advogado devidamente constituído ou defensor público.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

§ 1º Quando o compromissário for pessoa jurídica, o acordo de não persecução civil será firmado pelo detentor de poderes de representação extrajudicial em virtude de lei, regulamento, disposição estatutária ou contratual, ou por procurador com poderes especialmente outorgados para tal fim.

§ 2º Tratando-se de empresa pertencente a grupo econômico, assinará o acordo o representante legal da pessoa jurídica controladora a qual estiver vinculada, admitida a representação por procurador com poderes especiais outorgados pelo representante.

§ 3º Na fase de negociação e assinatura do acordo de não persecução civil, o compromissário deverá estar acompanhado ou representado por advogado ou defensor público, juntando-se aos autos o correspondente instrumento de mandato.

§ 4º É facultado ao órgão do Ministério Público colher a assinatura, como testemunhas, de pessoas que acompanharam a negociação ou, ainda, de terceiros interessados.

§ 5º O acordo de não persecução civil poderá ser firmado em conjunto por órgãos de ramos diversos do Ministério Público ou por este e outros órgãos públicos legitimados.

Art. 10 O membro do Ministério Público cientificará a pessoa jurídica interessada para que, se desejar, participe do acordo de não persecução civil, não se exigindo, contudo, sua aquiescência como requisito de validade ou eficácia do ajuste.

§ 1º Quando o acordo for celebrado anteriormente ao ajuizamento da ação, a oitiva do ente lesado poderá ser realizada antes do controle da avença pelo órgão de revisão ministerial, previsto no artigo 17-B, § 1º, inciso II, da Lei n.º 8.429/1992.

§ 2º Se houver concordância quanto às condições estipuladas no acordo, o Ministério Público poderá firmá-lo em conjunto com a pessoa jurídica interessada ou com sua anuência.

**CAPÍTULO VI
DA APROVAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Art. 11 Celebrado o acordo de não persecução civil, os autos do inquérito civil ou de procedimento preparatório serão remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias, para a sua aprovação.

§ 1º O Conselho Superior do Ministério Público aprovará ou não o acordo de não persecução civil, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º O Conselho Superior do Ministério Público verificará a legalidade, a proporcionalidade, a razoabilidade e a eficiência do acordo de não persecução civil celebrado na fase extrajudicial, para a sua aprovação.

§ 3º Não aprovado o acordo de não persecução civil pelo Conselho Superior do Ministério Público, os autos extrajudiciais serão devolvidos ao membro do Ministério Público responsável pela celebração do acordo, e, a pedido deste, poderá ser designado outro membro para prosseguir nas investigações ou propor a ação de improbidade administrativa.

§ 4º No caso do parágrafo antecedente, o órgão de revisão deverá apontar os aspectos que precisam ser ajustados, permitindo que a proposta seja reformulada e, em seguida, obtida a concordância do celebrante e de seu defensor.

§ 5º Aprovado o acordo, os autos serão devolvidos ao órgão de origem, que o submeterá à homologação do órgão judicial competente.

§ 6º Homologado o acordo de não persecução civil pela autoridade judicial competente, os autos de inquérito civil ou procedimento preparatório serão arquivados e remetidos, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, para homologação da promoção de arquivamento.

§ 7º A promoção de arquivamento decorrente da celebração de acordo de não persecução civil será acompanhada de certidão comprobatória da instauração de procedimento administrativo de acompanhamento do cumprimento das cláusulas do ajuste firmado, exceto nas hipóteses em que seja possível o acompanhamento nos autos do processo judicial em que ocorrer a homologação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

§ 8º A aprovação do acordo de não persecução civil pelo Conselho Superior do Ministério Público e a sua homologação judicial são condições de eficácia do acordo.

§ 9º O aditamento do acordo extrajudicial, tenha sido ou não homologado judicialmente, deverá ser submetido a nova aprovação do órgão de revisão ministerial, salvo entendimento contrário sumulado desse órgão de controle interno.

Art. 12 Se o acordo de não persecução civil firmado não abranger, na integralidade, os fatos investigados ou todos os envolvidos, o membro do Ministério Público submeterá o acordo à aprovação do Conselho Superior do Ministério Público, em autos suplementares, observando-se, no que couber, o disposto no artigo anterior.

Art. 13 O acordo de não persecução civil celebrado nos autos da ação de improbidade administrativa ou em cumprimento de sentença será submetido à homologação judicial e os celebrantes deverão expressamente concordar com a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil, bem como com a execução das sanções pactuadas.

Art. 14 Homologado o acordo de não persecução civil pela autoridade judicial, o Ministério Público providenciará, por meio da autoridade judiciária competente, a sua inscrição no Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos (INFODIP), nos termos do inciso II do artigo 1º e do inciso II do artigo 6º, ambos da Resolução Conjunta n. 6, de 21 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral.

CAPÍTULO VII DA DESISTÊNCIA

Art. 15 Em qualquer momento que anteceder a celebração do acordo de não persecução civil poderá haver desistência ou rejeição da proposta.

§ 1º A desistência da proposta ou a sua rejeição não importará em reconhecimento, pelo investigado, da prática do ato ilícito.

§ 2º A desistência da proposta pelo Ministério Público impedirá a utilização das provas fornecidas pelo investigado, exclusivamente em seu desfavor.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**CAPÍTULO VIII
DA EXTINÇÃO E DA EXECUÇÃO**

Art. 16 Cumprido integralmente o acordo de não persecução civil, será arquivado o procedimento administrativo.

Art. 17 Em caso de descumprimento do acordo, o compromissário será notificado a apresentar justificativa no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 18 Não acolhida a justificativa, o descumprimento do acordo, ainda que parcial, acarretará a perda dos benefícios pactuados e o vencimento antecipado das medidas convencionadas, podendo o órgão do Ministério Público promover a execução do título, inclusive da cláusula cominatória.

Parágrafo único. A rescisão do acordo por responsabilidade do compromissário não implicará a invalidação da prova por ele fornecida ou dela derivada.

Art. 19 Em caso de descumprimento do acordo a que se refere o artigo anterior, o investigado ou o demandado ficará impedido de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do conhecimento pelo Ministério Público do efetivo descumprimento.

**CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 20 As tratativas que envolverem ilícitos puníveis na esfera civil e criminal poderão ser estabelecidas de forma conjunta pelos órgãos do Ministério Público com atribuições nas respectivas áreas de atuação, em instrumentos distintos, com o objetivo de ser firmado acordo de colaboração premiada, acordo de não persecução penal e acordo de não persecução civil.

Art. 21 Os valores referentes ao ressarcimento ao erário, os bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e a multa civil serão revertidos à pessoa jurídica lesada, resguardado o direito do terceiro de boa-fé.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Art. 22 Os valores referentes à multa cominatória e ao dano moral coletivo deverão ser destinados a fundos federais, estaduais e municipais que tenham o mesmo escopo do fundo previsto no artigo 13 da Lei n. 7.347/1985.

§ 1º Nas hipóteses do *caput* também é admissível a destinação dos recursos para:

I – projetos de prevenção ou reparação de danos a bens jurídicos da mesma natureza;

II – apoio a entidades cuja finalidade institucional inclua a proteção aos direitos ou interesses difusos;

III – contas judiciais, para os fins previstos no § 1º, do artigo 13, da Lei n. 7.347/1985.

§ 2º Os recursos poderão ainda receber destinação específica que tiver a mesma finalidade dos fundos previstos em lei ou estiver em conformidade com a natureza e a dimensão do dano.

§ 3º Os critérios para a destinação dos recursos, na forma do § 1º, incisos I e II, e § 2º serão regulamentados por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 23 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 24 Revoga-se a Resolução CPJ nº 11/2019.

Art. 25 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 14 de agosto de 2025.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça



LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
Procurador-Geral de Justiça

Colégio de Procuradores de Justiça

Resoluções

RESOLUÇÃO CPJ n. 20/2025

Disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas, o Acordo de Não Persecução Civil, em razão da prática de atos de improbidade administrativa, definidos na Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, e dá outras providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA do Ministério Público do Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, ao CONSIDERAR:

I – que os princípios e as normas estatuídas pelo vigente Código de Processo Civil incorporaram mecanismos de autocomposição de conflitos, cuja diretriz eleva os poderes da ação resolutiva, permitindo superação da forma rígida, tradicional e única de realização dos direitos por meio da imposição estatal da sentença;

II – o disposto na Resolução CNMP n. 118, de 1º de dezembro de 2014, que recomenda a implementação de mecanismos de autocomposição, tais como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais, medidas essas reforçadas pela Recomendação CNMP n. 54, de 28 de março de 2017, que trata da Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro, promovendo eficiência e celeridade;

III – que a consensualidade na administração pública passou a ter previsão normativa genérica expressa no artigo 26 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB), destacando-se como um princípio fundamental para uma gestão pública moderna e eficaz;

IV – a possibilidade de celebração de acordos substitutivos e integrativos no âmbito da atuação sancionatória estatal, como exemplificado pela transação, suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995), e colaboração premiada (Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013) no campo penal; bem como pelo acordo de leniência (Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013) e pelo acordo de cessação de conduta (Lei n. 12.259, de 30 de novembro de 2011) nos campos administrativo e civil, que ilustram um paradigma que permite a mitigação da aplicação estrita de determinados comandos legais sancionatórios, adaptando-os às especificidades de cada caso;

V – que a Lei n. 8.429/92, com as relevantes alterações introduzidas pela Lei n. 14.230/2021, em seu artigo 17-B, prevê a possibilidade da celebração de acordo de não persecução civil no âmbito da improbidade administrativa, fortalecendo um modelo resolutivo e colaborativo de justiça;

VI – que os diplomas legislativos mencionados integram um microsistema de combate a atos lesivos ao patrimônio público, cujas bases consensuais foram consolidando-se e sendo admitidas por normativas complementares, como o artigo 36, §4º, da Lei n. 13.140, de 26 de junho de 2015, que fomenta a resolução de conflitos por meio da composição das partes;

VII – que o acordo de não persecução civil proporciona uma solução mais célere e efetiva aos conflitos decorrentes da prática de atos de improbidade administrativa, oferecendo maior eficácia à tutela coletiva de interesses públicos e reduzindo o congestionamento do Poder Judiciário, ao mesmo tempo em que promove a reparação do dano ao erário e a responsabilização proporcional dos agentes envolvidos.

RESOLVE editar a presente Resolução, nos seguintes termos:

Art. 1º Este ato normativo disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado de Alagoas (MPAL), a celebração do acordo de não persecução civil, em conformidade com o disposto no artigo 17-B da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, considerando todas as peculiaridades do procedimento administrativo e judicial de improbidade administrativa e seus impactos no interesse público.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O acordo de não persecução civil possui a natureza de negócio jurídico-processual, por meio do qual se transaciona o poder de punir estatal, mediante o esclarecimento do fato e o estabelecimento de condições suficientes para a proteção do patrimônio público.

Parágrafo único. O acordo de não persecução civil pressupõe a existência de interesse público, consubstanciado na necessidade, utilidade, suficiência e eficiência na prevenção e repressão do ilícito, mediante a avaliação das circunstâncias do caso concreto para a obtenção, de forma alternativa ou cumulativa:



I – da aplicação célere e proporcional das respectivas sanções;

II – de provas em quaisquer espécies de atos de improbidade administrativa, desde que o beneficiado pela composição colabore efetivamente com as investigações e o processo.

Art. 3º O acordo de não persecução civil poderá ser celebrado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório, e na fase judicial, em primeiro ou segundo grau, por Promotoria ou Procuradoria de Justiça, a depender da instância, inclusive em cumprimento de sentença, com as pessoas físicas ou jurídicas investigadas ou condenadas pela prática dos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei n. 8.429, de 2 de junho 1992, visando à rápida e efetiva solução do caso, observados os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da eficiência.

§ 1º Não será cabível o acordo de não persecução civil quando, durante o curso da investigação, não forem identificados indícios suficientes da existência do ato de improbidade administrativa ou de responsabilidade do agente ou de terceiro beneficiado.

§ 2º A recusa da celebração do acordo de não persecução civil será fundamentada e deverá constar nos autos do procedimento investigatório ou processo judicial.

§ 3º A celebração do acordo de não persecução civil não afasta eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não aqueles estabelecidos de forma expressa no termo.

§ 4º Nos casos de recusa em oferecer proposta de acordo de não persecução civil ou discordância quanto às condições exigidas pelo Ministério Público, o interessado pode solicitar a revisão ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 10 dias após tomar ciência da decisão. Caso o membro oficiante não reconsidere sua posição ou ajuste as condições, o pedido de revisão deverá ser encaminhado à instância superior no prazo de 3 dias.

§ 5º Na instância superior, o pedido de revisão limitar-se-á à análise da legalidade da recusa da oferta de proposta de acordo de não persecução civil, respeitando-se a independência funcional do membro do Ministério Público.

§ 6º O pedido de revisão mencionado nos parágrafos anteriores não suspende os efeitos da decisão, permitindo ao Ministério Público continuar com as investigações ou propor as ações judiciais cabíveis.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES

Art. 4º O acordo de não persecução civil pode ser de imposição de reprimenda ou de colaboração.

§ 1º O acordo de imposição de reprimenda abrevia o procedimento de responsabilização do agente, mediante a aplicação imediata de medidas sancionatórias convencionadas, para o fim de alcançar o resultado útil e efetivo, consentâneo com o interesse público.

§ 2º O acordo de colaboração visa à obtenção de informações e meios comprobatórios do ilícito, ficando a premiação objeto do ajuste condicionada a uma colaboração efetiva e voluntária com a investigação ou o processo e desde que advenha um ou mais dos seguintes resultados:

I – identificação dos demais coautores, partícipes e beneficiários do ato ilícito;

II – localização de bens, direitos e valores para fins de ressarcimento do dano ao erário ou reversão da vantagem indevida obtida à pessoa jurídica lesada.

CAPÍTULO III

DO ACORDO NOS TRIBUNAIS E EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Art. 5º O acordo de não persecução civil poderá ser celebrado posteriormente à sentença, desde que presentes os requisitos estabelecidos nesta Resolução.

§ 1º Na hipótese de processo com recurso interposto perante os Tribunais, a atribuição para a celebração do acordo de não persecução civil será do Procurador de Justiça com atribuição junto ao órgão jurisdicional de segundo grau em que tramitarem os autos.

§ 2º Após o trânsito em julgado da decisão, o acordo de não persecução civil poderá ser celebrado pelo membro do Ministério Público que atuar perante o juízo onde tramitar o cumprimento de sentença.

CAPÍTULO IV

DO CONTEÚDO

Art. 6º A celebração do acordo de não persecução civil dar-se-á sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente e, segundo a sua modalidade, conterà o seguinte:

I – a identificação completa do celebrante agente público ou terceiro, pessoa física ou jurídica, que induziu ou concorreu para a prática do ato ilícito ou, ainda, que dele tenha se beneficiado, direta ou indiretamente;

II – a descrição circunstanciada da conduta ilícita, com menção expressa às condições de tempo e local;

III – a subsunção da conduta ilícita imputada à modalidade legal específica de ato de improbidade administrativa;

IV – o compromisso de cessar completamente o envolvimento no ato ilícito;

V – a reparação integral do dano causado ao erário e a restituição dos valores acrescidos ilicitamente, quando presentes, atualizados monetariamente e com incidência de juros legais, admitindo-se, contudo, a possibilidade de flexibilização ou, excepcionalmente, de supressão, dos juros legais apenas, desde que mediante fundamentação idônea e conforme as circunstâncias específicas do caso, com o objetivo de assegurar a atuação resolutiva do Ministério Público;

VI – a aplicação cumulativa das medidas previstas neste artigo com uma ou mais sanções disciplinadas no artigo 7º, de acordo com a espécie e a gravidade do ato ilícito praticado, considerando na definição e fixação de seus patamares, os parâmetros e as circunstâncias previstos no caput do referido artigo e, quando for o caso, o disposto no artigo 4º, § 2º;

VII – a previsão de aplicação de multa diária ou outra espécie de sanção cominatória que se mostrar adequada e suficiente para o caso de descumprimento das obrigações nos prazos assumidos;

VIII – o compromisso de colaborar amplamente com as investigações, promovendo a identificação de outros coautores, partícipes, beneficiários, bem como a localização de bens, direitos e valores e a produção de outras provas durante o curso do procedimento investigatório ou do processo judicial;

IX – a previsão de que eventual resolução, perda do objeto ou rescisão do acordo por responsabilidade do compromissário não implicará na invalidação da prova por ele eventualmente fornecida ou dela derivada;

X – as hipóteses de extinção e execução do acordo e suas respectivas consequências;

XI – a previsão de que a eficácia do acordo extrajudicial estará condicionada à aprovação do Conselho Superior do Ministério Público e à homologação do órgão judicial competente;

XII – a reparação de danos morais coletivos, quando for o caso.

§ 1º O ressarcimento e o perdimento de bens e valores não poderão ser objeto de composição sobre seu montante, mas tão-somente sobre a forma, prazo e modo de cumprimento da obrigação, sendo viável, contudo, a supressão ou a flexibilização do montante devido a título de juros moratórios, desde que seja vislumbrado interesse público excepcional que justifique sua mitigação.

§ 2º Na hipótese de acordo de colaboração, poderá ser dispensada a aplicação das sanções previstas no artigo 7º se o interesse público e as vantagens obtidas com a colaboração forem suficientemente relevantes, observado o disposto no artigo 4º, § 2º.

§ 3º Nos acordos de imposição de reprimenda, uma vez observadas as circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 7º, caso a medida se mostre relevante para assegurar a integridade do patrimônio público e social, as sanções previstas no referido artigo 7º poderão ser substituídas por medidas em favor do interesse público e de boas práticas administrativas, nos termos do §6º do artigo 17-B da Lei n. 8.429/92, desde que garantidos o ressarcimento do dano causado ao erário e a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

§ 4º Em qualquer hipótese, o acordo deverá conter, necessariamente, observadas as circunstâncias previstas no caput do artigo 7º, cláusula que preveja a aplicação das diversas sanções contidas nos incisos do mencionado dispositivo, em caso de descumprimento das obrigações acordadas.

§ 5º A fixação do valor do dano moral coletivo previsto no inciso XIII deste artigo terá como parâmetros, além dos dispostos no caput do artigo 7º, a atenção ao seu caráter sancionatório e pedagógico.

§ 6º Poderão ser avençadas, cumulativamente, outras condições que se revelarem apropriadas à prevenção e repressão do ato de improbidade, à efetividade das investigações e à garantia dos compromissos assumidos, tais como:

I – a adoção de mecanismos e procedimentos internos de integridade, de auditoria e de incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, se for o caso, bem como de outras medidas em favor do interesse público e de boas práticas administrativas, a serem impostas a pessoas físicas ou jurídicas, a quem se atribua a prática de atos de improbidade administrativa;

II – o oferecimento de garantias reais ou fidejussórias que se mostrarem adequadas e suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias derivadas do acordo;

III – a convenção de desconto mensal na remuneração do compromissário que receber dos cofres públicos ou de instituto de previdência subsídios, vencimentos ou proventos;

IV – a manutenção ou a instituição da indisponibilidade de bens a serem devidamente individualizados e em valor suficiente para garantir o ressarcimento ao erário, a restituição de bens e valores acrescidos ilicitamente e a eventual multa civil pactuada.

§ 7º O acordo de não persecução civil poderá ter como objeto convenções processuais para o fim de redistribuir ônus, deveres e faculdades processuais, estabelecer alterações procedimentais e sanções premiais, nos limites fixados nesta Resolução, observado o disposto nos artigos 6º, 139, inciso V e VI, 190, 191 e 373, §§ 3º e 4º, da Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015.

Art. 7º Segundo a personalidade do agente, a natureza, as circunstâncias, a gravidade, a repercussão social do ato de improbidade, o proveito auferido, a extensão do dano causado, a efetividade das sanções aplicadas, as vantagens para o interesse público na rápida solução do caso, bem como visando a assegurar o respeito aos princípios que norteiam a Administração Pública e a eficácia do comando da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, o acordo de não persecução civil deverá conter uma ou mais das seguintes sanções:

I – pagamento de multa civil;

II – proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por determinado período;

III – perda do cargo ou função pública ocupados;

IV – suspensão de direitos políticos.

§ 1º O valor da multa civil prevista no inciso I terá como limite máximo o montante estabelecido no artigo 12 da Lei n. 8.429/92.

§ 2º O prazo relativo à condição de que tratam os incisos II e IV deste artigo não poderá ultrapassar os limites máximos estabelecidos no artigo 12 da Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992.



§ 3º Estando devidamente comprovada a impossibilidade financeira de quitação integral e imediata do débito decorrente da improbidade administrativa, poderá ser pactuado o seu parcelamento.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, a quantidade de parcelas deverá levar em conta o interesse público e a capacidade financeira do compromissário, observando-se o limite máximo de 48 (quarenta e oito), a serem corrigidas monetariamente, bem como o prazo prescricional previsto na Lei n. 8.429/92.

§ 5º Sendo a hipótese de restituição de bens e valores obtidos ilicitamente, deverão ser acrescidos os frutos percebidos pelo compromissário, até a data da efetiva restituição.

CAPÍTULO V

DO PROCEDIMENTO

Art. 8º A iniciativa para a celebração do acordo de não persecução civil caberá ao Ministério Público ou ao responsável pelo ilícito, hipótese em que a proposta poderá ser apresentada isolada, por um ou mais investigados, ou conjuntamente, por todos os envolvidos.

§ 1º Sendo cabível o acordo de não persecução civil, o investigado será notificado para comparecer em local, dia e horário determinados, devendo constar expressamente da notificação que deverá se fazer acompanhar de advogado ou defensor público.

§ 2º O órgão do Ministério Público cientificará o investigado a respeito de seus direitos, garantias e deveres legais e de que o não atendimento às determinações e solicitações do Ministério Público, durante a etapa de negociação, implicará na desistência da proposta.

§ 3º As reuniões e tratativas deverão ser registradas em procedimento administrativo autônomo, por meio de ata, meio digital, documentos ou outra forma de comunicação tecnológica, e conterão informações sobre a data, lugar, participantes, bem como breve resumo dos assuntos discutidos.

§ 4º Na hipótese de ser possível a juntada do acordo de não persecução civil no procedimento investigativo, frente à menor complexidade do caso, será possível dispensar o cumprimento do disposto no § 3º, deste artigo.

§ 5º As reuniões referidas no § 3º poderão ser realizadas por videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

§ 6º A ausência injustificada do investigado na data e no horário fixados ou a falta de manifestação no prazo estabelecido poderão ser consideradas como desinteresse na celebração do acordo.

§ 7º Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de negociação será confidencial em relação a terceiros até a homologação judicial do acordo, salvo dever legal de comunicação, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize.

Art. 9º O acordo de não persecução civil será assinado pelo órgão do Ministério Público, pelo compromissário e por seu advogado devidamente constituído ou defensor público.

§ 1º Quando o compromissário for pessoa jurídica, o acordo de não persecução civil será firmado pelo detentor de poderes de representação extrajudicial em virtude de lei, regulamento, disposição estatutária ou contratual, ou por procurador com poderes especialmente outorgados para tal fim.

§ 2º Tratando-se de empresa pertencente a grupo econômico, assinará o acordo o representante legal da pessoa jurídica controladora a qual estiver vinculada, admitida a representação por procurador com poderes especiais outorgados pelo representante.

§ 3º Na fase de negociação e assinatura do acordo de não persecução civil, o compromissário deverá estar acompanhado ou representado por advogado ou defensor público, juntando-se aos autos o correspondente instrumento de mandato.

§ 4º É facultado ao órgão do Ministério Público colher a assinatura, como testemunhas, de pessoas que acompanharam a negociação ou, ainda, de terceiros interessados.

§ 5º O acordo de não persecução civil poderá ser firmado em conjunto por órgãos de ramos diversos do Ministério Público ou por este e outros órgãos públicos legitimados.

Art. 10 O membro do Ministério Público cientificará a pessoa jurídica interessada para que, se desejar, participe do acordo de não persecução civil, não se exigindo, contudo, sua aquiescência como requisito de validade ou eficácia do ajuste.

§ 1º Quando o acordo for celebrado anteriormente ao ajuizamento da ação, a oitiva do ente lesado poderá ser realizada antes do controle da avença pelo órgão de revisão ministerial, previsto no artigo 17-B, § 1º, inciso II, da Lei n.º 8.429/1992.

§ 2º Se houver concordância quanto às condições estipuladas no acordo, o Ministério Público poderá firmá-lo em conjunto com a pessoa jurídica interessada ou com sua anuência.

CAPÍTULO VI

DA APROVAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 11 Celebrado o acordo de não persecução civil, os autos do inquérito civil ou de procedimento preparatório serão remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias, para a sua aprovação.

§ 1º O Conselho Superior do Ministério Público aprovará ou não o acordo de não persecução civil, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º O Conselho Superior do Ministério Público verificará a legalidade, a proporcionalidade, a razoabilidade e a eficiência do acordo de não persecução civil celebrado na fase extrajudicial, para a sua aprovação.

§ 3º Não aprovado o acordo de não persecução civil pelo Conselho Superior do Ministério Público, os autos extrajudiciais serão



devolvidos ao membro do Ministério Público responsável pela celebração do acordo, e, a pedido deste, poderá ser designado outro membro para prosseguir nas investigações ou propor a ação de improbidade administrativa.

§ 4º No caso do parágrafo antecedente, o órgão de revisão deverá apontar os aspectos que precisam ser ajustados, permitindo que a proposta seja reformulada e, em seguida, obtida a concordância do celebrante e de seu defensor.

§ 5º Aprovado o acordo, os autos serão devolvidos ao órgão de origem, que o submeterá à homologação do órgão judicial competente.

§ 6º Homologado o acordo de não persecução civil pela autoridade judicial competente, os autos de inquérito civil ou procedimento preparatório serão arquivados e remetidos, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, para homologação da promoção de arquivamento.

§ 7º A promoção de arquivamento decorrente da celebração de acordo de não persecução civil será acompanhada de certidão comprobatória da instauração de procedimento administrativo de acompanhamento do cumprimento das cláusulas do ajuste firmado, exceto nas hipóteses em que seja possível o acompanhamento nos autos do processo judicial em que ocorrer a homologação.

§ 8º A aprovação do acordo de não persecução civil pelo Conselho Superior do Ministério Público e a sua homologação judicial são condições de eficácia do acordo.

§ 9º O aditamento do acordo extrajudicial, tenha sido ou não homologado judicialmente, deverá ser submetido a nova aprovação do órgão de revisão ministerial, salvo entendimento contrário sumulado desse órgão de controle interno.

Art. 12 Se o acordo de não persecução civil firmado não abranger, na integralidade, os fatos investigados ou todos os envolvidos, o membro do Ministério Público submeterá o acordo à aprovação do Conselho Superior do Ministério Público, em autos suplementares, observando-se, no que couber, o disposto no artigo anterior.

Art. 13 O acordo de não persecução civil celebrado nos autos da ação de improbidade administrativa ou em cumprimento de sentença será submetido à homologação judicial e os celebrantes deverão expressamente concordar com a extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil, bem como com a execução das sanções pactuadas.

Art. 14 Homologado o acordo de não persecução civil pela autoridade judicial, o Ministério Público providenciará, por meio da autoridade judiciária competente, a sua inscrição no Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos (INFODIP), nos termos do inciso II do artigo 1º e do inciso II do artigo 6º, ambos da Resolução Conjunta n. 6, de 21 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral.

CAPÍTULO VII

DA DESISTÊNCIA

Art. 15 Em qualquer momento que anteceder a celebração do acordo de não persecução civil poderá haver desistência ou rejeição da proposta.

§ 1º A desistência da proposta ou a sua rejeição não importará em reconhecimento, pelo investigado, da prática do ato ilícito.

§ 2º A desistência da proposta pelo Ministério Público impedirá a utilização das provas fornecidas pelo investigado, exclusivamente em seu desfavor.

CAPÍTULO VIII

DA EXTINÇÃO E DA EXECUÇÃO

Art. 16 Cumprido integralmente o acordo de não persecução civil, será arquivado o procedimento administrativo.

Art. 17 Em caso de descumprimento do acordo, o compromissário será notificado a apresentar justificativa no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 18 Não acolhida a justificativa, o descumprimento do acordo, ainda que parcial, acarretará a perda dos benefícios pactuados e o vencimento antecipado das medidas convencionadas, podendo o órgão do Ministério Público promover a execução do título, inclusive da cláusula cominatória.

Parágrafo único. A rescisão do acordo por responsabilidade do compromissário não implicará a invalidação da prova por ele fornecida ou dela derivada.

Art. 19 Em caso de descumprimento do acordo a que se refere o artigo anterior, o investigado ou o demandado ficará impedido de celebrar novo acordo pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado do conhecimento pelo Ministério Público do efetivo descumprimento.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 As tratativas que envolverem ilícitos puníveis na esfera civil e criminal poderão ser estabelecidas de forma conjunta pelos órgãos do Ministério Público com atribuições nas respectivas áreas de atuação, em instrumentos distintos, com o objetivo de ser firmado acordo de colaboração premiada, acordo de não persecução penal e acordo de não persecução civil.

Art. 21 Os valores referentes ao ressarcimento ao erário, os bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio e a multa civil serão revertidos à pessoa jurídica lesada, resguardado o direito do terceiro de boa-fé.

Art. 22 Os valores referentes à multa cominatória e ao dano moral coletivo deverão ser destinados a fundos federais, estaduais e municipais que tenham o mesmo escopo do fundo previsto no artigo 13 da Lei n. 7.347/1985.

§ 1º Nas hipóteses do *caput* também é admissível a destinação dos recursos para:

I – projetos de prevenção ou reparação de danos a bens jurídicos da mesma natureza;



II – apoio a entidades cuja finalidade institucional inclua a proteção aos direitos ou interesses difusos;

III – contas judiciais, para os fins previstos no § 1º, do artigo 13, da Lei n. 7.347/1985.

§ 2º Os recursos poderão ainda receber destinação específica que tiver a mesma finalidade dos fundos previstos em lei ou estiver em conformidade com a natureza e a dimensão do dano.

§ 3º Os critérios para a destinação dos recursos, na forma do § 1º, incisos I e II, e § 2º serão regulamentados por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 23 Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 24 *Revoga-se a Resolução CPJ nº 11/2019.*

Art. 25 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maceió, 14 de agosto de 2025.

Lean Antônio Ferreira de Araújo
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Despachos

O PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, NO DIA 14 DE AGOSTO DO CORRENTE ANO, DESPACHOU O SEGUINTE PROCESSO:

Proc. SAJMP n. 02.2025.00000021-7

Interessado: Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do MPAL

Assunto: Requerimento de providências

Despacho: Ao considerar a deliberação realizada na 15ª Reunião Ordinária do CPJ, ocorrida em 14 de agosto de 2025, notadamente a edição da Resolução CPJ n. 20/2025, determino o arquivamento do feito. Cientifique-se o interessado.

Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça, 14 de agosto de 2025.

Marcondes Batista Ayres
Analista do Ministério Público
Chefe de Secretaria do CPJ

Humberto Pimentel Costa
Promotor de Justiça
Secretário do CPJ

Escola Superior do Ministério Público

Portarias

Portaria ESMP/AL nº 73 de 14 de Agosto de 2025

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ nº 20/19, resolve desligar do programa “Voluntariado do Ministério Público de Alagoas” o(a) prestador(a) de serviço voluntário FERNANDA CONCEIÇÃO FERREIRA, com efeitos retroativos a 22/08/2025.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Marcus Rômulo Maia de Mello
Diretor da ESMP-AL

Portaria ESMP/AL nº 74 de 14 de Agosto de 2025

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ nº 20/19, resolve incluir no programa “Voluntariado do Ministério Público de Alagoas”